

## Relatório de Visita

### Delegação para visita a serviços e empresas municipais e instituições da cidade

#### Entidade

Centro de Acolhimento Temporário Joaquim Urbano

#### Dados da visita

Data: 19/05/2022 Local: Rua Câmara Pestana, 358

Hora de início: 11h30 Hora de fim: 13h00

#### Intervenientes

##### Assembleia Municipal

Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo de Azevedo.

Representante Grupo Municipal Rui Moreira: Aqui Há Porto, Sofia Maia.

Representante Grupo Municipal Partido Socialista, Maria da Graça Vaz.

Representante Grupo Municipal Partido Social Democrata, Paula Lopes.

Representante Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária, Rui Sá.

Representante Grupo Municipal Bloco de Esquerda, Susana Constante Pereira.

Representante Grupo Municipal Pessoas-Anímais-Natureza, Paulo Vieira de Castro.

Representante Grupo Municipal CHEGA, Alexandra Melo.

##### Entidade

Adjunta do Vereador do Pelouro da Educação e do Pelouro da Coesão Social, Carolina de Carvalho Enes.

Raquel Castello-Branco, Departamento Municipal de Coesão Social.

Chefe de Divisão Municipal de Intervenção Social, Hugo Tavares.

Chefe de Unidade do Gabinete de Gestão, Joana Pardalejo.

Diretor Municipal da Presidência, Adolfo Sousa.

Serviço de Apoio: Técnica Superior, Carina de Barros; Técnica de Informática, Armanda Bandeiras

#### Programa da Visita

- Receção e Cumprimentos (5 min.)
- Apresentação da Delegação – Presidente da Assembleia Municipal (5 min.)
- Apresentação da Entidade – Responsável (15 min.)
- Perguntas e Respostas (35 min.)
- Visita às Instalações (30 min.)

## Descrição da Visita

Raquel Castello-Branco, do Departamento Municipal de Coesão Social, apresentou a estrutura municipal e deu nota do gosto em receber a delegação.

O Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo de Azevedo, apresentou a delegação e deu nota da importância do Centro de Acolhimento, dada a sua relevante dimensão social.

Raquel Castello-Branco fez um enquadramento social do Centro, de carácter temporário, cuja resposta é única e diferenciadora no Município, sendo 100% financiado pelo orçamento camarário. Explicou que o Centro surgiu em finais de 2017, como um projeto piloto, com 15 vagas, para preencher uma lacuna e com o intuito de responder de forma diferenciada às pessoas em situação de sem-abrigo. A capacidade do serviço foi sendo aumentada, de forma gradual e sustentada. Explicou que o Centro disponibiliza, atualmente, 40 vagas e se insere num dos eixos da estratégia municipal que também dá resposta à estratégia delineada a nível nacional para erradicação de pessoas sem-abrigo ou tentativa de redução do fenómeno. O NPISA Porto (Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo do Porto), coordenado pelo Município, integra cerca de 60 entidades. As respostas dadas neste âmbito são coordenadas e ajustadas à problemática de cada utente através desta vasta rede. Referiu que o sucesso do centro depende desta articulação e que o objetivo passa por retirar da rua, dar o devido encaminhamento e acompanhamento ajustado a cada perfil. Referiu que o impacto e resultados do projeto foram extremamente positivos.

A Chefe de Unidade do Gabinete de Gestão, Joana Pardalejo, referiu que os utentes aceitam integrar e permanecer no Centro devido ao seu carácter inovador, ao seu apoio personalizado e às normas de funcionamento flexíveis. O centro surgiu para ir ao encontro das necessidades, vontades e formas de estar observadas em pessoas que se encontram em situação de sem-abrigo. Ao contrário de outros centros, não existem respostas padronizadas. É a partir da observação que são criadas as condições para acomodar as necessidades de cada utente, avaliando a capacidade de cumprimento e modelando um plano que vá ao seu encontro, sendo assim, gradualmente integrados. São exemplo disso, a permissão de animais, o acolhimento de casais mantendo relações/laços já criados e a inexistência de horários de entrada e de saída. Partilhou que o maior desafio reside na rotatividade, uma vez que é difícil autonomizar os utentes ou integrá-los numa unidade terapêutica em seis meses.

Raquel Castello-Branco acrescentou que as necessidades de cada um são respeitadas, sem obrigatoriedades.

O Chefe de Divisão Municipal de Intervenção Social, Hugo Tavares, deu nota que o sucesso da atividade se deve aos fatores diferenciadores (aceitação de animais, casais e utentes em fase de consumo) e à identificação inicial de constrangimentos de integração, a partir dos quais são traçados caminhos diferenciadores para que haja uma evolução.

A Chefe de Unidade do Gabinete de Gestão referiu que, além do acompanhamento médico, são disponibilizadas várias atividades ocupacionais que são ajustadas e, muitas vezes, criadas para ir ao encontro dos gostos e vontades, com o intuito de fomentar o interesse, dotá-los de novas competências pessoais e sociais e a promover a permanência dos utentes no centro.

O Presidente da Assembleia Municipal questionou se o centro teria a lotação esgotada, facto confirmado pela Chefe de Unidade. O Presidente da Assembleia Municipal questionou sobre a eventual expansão do centro, ao que Raquel Castello-Branco, respondeu que 40 utentes seria o adequado dada a especificidade da resposta. Questionou ainda sobre a prestação de apoio médico, tendo Raquel Castello-Branco referido que é prestado em articulação com outras entidades, nomeadamente ACES (Agrupamento de Centros de Saúde), e que, semanalmente, recebem um médico, em regime de voluntariado. Referiu ainda que o possuem um Centro de Emergência Covid, para o caso de haver uma emergência e que já serviu para as quarentenas durante a pandemia.

A representante do Grupo Municipal Rui Moreira: Aqui Há Porto, Sofia Maia, referiu ser uma das melhores iniciativas no Município e felicitou a equipa pelo trabalho desempenhado no centro que funciona muito bem e tem um lado humano muito forte e que gostava que ver replicado noutro ponto da cidade. Acrescentou ainda que a sociedade mudou e que as instituições existentes não acompanharam essa mudança.

A representante do Grupo Municipal Bloco de Esquerda, Susana Constante Pereira, agradeceu o acolhimento. Destacou o papel de Sónia Veloso na criação do Centro. Considerou interessante a perspetiva das 40 vagas e questionou sobre se o principal desafio seria a gestão do tempo de permanência dos utentes. Questionou se haveria alguma possibilidade de negociação com o Centro Hospitalar, no sentido de usar todo o complexo e integrar outras valências ou a criação de uma réplica. Reiterou a necessidade de replicação noutros locais utilizando edifícios devolutos.

O representante do Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária, Rui Sá, felicitou o Presidente da Assembleia pela iniciativa e agradeceu o acolhimento e informações dos dirigentes. Considerou positiva a iniciativa que se tem vindo a consolidar a sua atividade. No âmbito do NPISA, partilhou a sua preocupação de só existir no Porto este tipo de resposta e

de não existir noutros Municípios, tendo em conta que é um problema de carácter metropolitano. Disse ser importante ver esta solução replicada noutros Municípios. Notou que cada pessoa integrada é positivo, mas gostaria de ter dados estatísticos. Questionou relativamente às pessoas em que já não é possível a reabilitação e quais as respostas existentes para estes casos. Questionou sobre o valor anual orçamentado para o projeto e relativamente articulação entre serviços, dada a separação dos Pelouros da Habitação e Coesão Social.

Raquel Castello-Branco, em resposta à questão de Susana Constante Pereira, informou que o Presidente da Câmara plasmou a sua intenção em manifesto eleitoral da utilização dos restantes espaços do Centro para outras respostas naquele âmbito. Referindo que o espaço é do Hospital e teria que haver uma negociação nesse sentido.

A Chefe de Unidade do Gabinete de Gestão, Joana Pardalejo, informou que a gestão de tempo de permanência dos utentes é avaliada tecnicamente, conforme as situações prioritárias. Quando não existem situações prioritárias, têm em conta o potencial de autonomização do utente e problemáticas pessoais e sociais associadas estimando assim o tempo de saída.

O Chefe de Divisão Municipal de Intervenção Social, Hugo Tavares, informou que há uma monitorização no processo de integração e que há uma articulação com as unidades terapêuticas para outro tipo de tratamentos. O plano delineado depende de uma avaliação da complexidade e problemática de cada utente não havendo, por esta razão, um alinhamento rígido.

Raquel Castello-Branco, notou que é, de facto, um problema de âmbito metropolitano e que o Centro no Porto tem um número alto de utentes de outros concelhos. Referiu que está a haver um esforço na criação e desenvolvimento de NPISA noutras cidades, tendo sido, recentemente, criados em Matosinhos e Gaia e sendo expectável a criação do NPISA Gondomar em breve. Disse que a intenção do Porto é tentar uma aproximação com estes núcleos para a redistribuição de utentes.

Em resposta a Rui Sá sobre a questão do alojamento de longa duração, afirmou que é uma situação que os preocupa e que está prevista, no último eixo da estratégia, uma estrutura de baixo limiar que tenha 5/6 vagas para permanência de longa duração, tendo em conta que não há essa resposta na sociedade. Quanto ao orçamento, é atribuída à área mais de um milhão de euros por ano, sendo mais de meio milhão de euros afetos ao Centro.

O Chefe de Divisão Municipal de Intervenção Social, Hugo Tavares, referiu que a Unidade Orgânica é composta por colaboradores de várias áreas sociais (Psicologia, Assistência Social, entre outras), formando uma equipa multidisciplinar.

A representante do Grupo Municipal Partido Socialista, Maria da Graça Vaz, agradeceu a apresentação e saudou a iniciativa desta visita.

A representante do Grupo Municipal Chega, Alexandra Melo, congratulou a iniciativa e questionou qual o critério utilizado para a sinalização de casos.

O Chefe de Divisão Municipal de Intervenção Social, Hugo Tavares, informou que o NPISA Porto intervém através de 6 eixos: Acompanhamento Social, coordenado pelo Centro Distrital do Porto do Instituto de Segurança; Emprego e Formação, coordenado pelo IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional; Habitação, coordenado pela Santa Casa da Misericórdia do Porto; Participação e Cidadania, coordenado pelo Núcleo Distrital EAPN Portugal; Saúde, coordenado pela Administração Regional de Saúde Norte; Voluntariado, coordenado pela UDIPSS - União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social. Explicou que a sinalização é feita pela Segurança Social que tem a competência para análise das carências. A análise do caso é feita pelos técnicos gerando-se uma resposta, conforme as respostas existentes na rede.

Raquel Castello-Branco, em resposta à questão de Susana Constante Pereira sobre a disponibilização de dados, deu nota que essa informação é disponibilizada nos relatórios trimestrais da Unidade Orgânica.

A representante do Grupo Municipal Partido Social Democrata, Paula Lopes, agradeceu o trabalho desenvolvido pelo centro e questionou relativamente ao número de pessoas integradas, desde a sua origem, e relativamente às doenças mentais.

Raquel Castello-Branco, referiu que a resposta dada às doenças mentais tem que partir das instituições de saúde - ARS, uma vez que o Centro não tem competências nessa área.

O representante do Grupo Municipal Pessoas-Animais-Natureza, Paulo Vieira de Castro, referiu que é um trabalho de aprendizagem lidar com os diferentes sintomas, sendo o sucesso relativo. Questionou relativamente ao tempo livre dos utentes, nomeadamente atividades e terapias ocupacionais.

A Chefe de Unidade do Gabinete de Gestão, Joana Pardalejo, referiu que os utentes gerem os seus tempos livres e que atividades propostas não são obrigatórias, de forma a potenciar a sua adesão e permanência. Explicou que há casos em que inicialmente só pemoitam no centro. No âmbito oferta de atividades, disse existir uma oficina em que o utente é convidado a explanar os seus interesses e expectativas para que a equipa de atividades procure uma correspondência. Nas

oficinas é também fomentado o espírito de entreajuda, de forma promover a cooperação e surgimento de novos interesses.

O Chefe de Divisão Municipal de Intervenção Social, Hugo Tavares, informou que, em parceria com o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), foram criadas formações flexíveis que se revelaram um sucesso.

A Chefe de Unidade do Gabinete de Gestão, Joana Pardalejo, informou que desde finais de 2017 foram integradas 248 pessoas. Desde 2020 até abril de 2021, o Centro acolheu 157 pessoas, sendo que 53% (83 pessoas) foram encaminhadas para resposta adequada. Acrescentou que a Pandemia complicou a realidade do centro, nomeadamente na gestão dos isolamentos profiláticos exigidos pelas autoridades de saúde.

No final, a delegação visitou os vários espaços do centro, entre eles: as oficinas de trabalhos manuais (costura, restauro de mobiliário, entre outras); estufa e horta; salas de convívio, refeições, enfermagem, apoio aos restaurantes solidários; gabinetes de atendimento, técnicos e de apoio.

## Conclusões

A visita permitiu o conhecimento do Centro de Acolhimento Temporário Joaquim Urbano, bem como da forma como está organizado. Foi dada a possibilidade de serem respondidas todas as questões colocadas pelos membros da Delegação.

## Registo Fotográfico

